

A Esfera Pública no Jornalismo Cidadão Online

Refletindo a reconfiguração do conceito de Habermas nas práticas colaborativas da notícia

Universidade Estadual Paulista

Mariana Dourado

Índice

1 A esfera pública burguesa e a imprensa	2
2 A internet e o jornalismo cidadão	4
3 Brasil Wiki	6
4 Considerações finais	7
5 Referências bibliográficas	9

Resumo

O artigo discute a comunicação enquanto espaço de uma esfera pública e a mídia como elemento chave para livre troca de argumentos entre os cidadãos. A Internet e o jornalismo cidadão são capazes de potencializar a reestruturação de esferas públicas mais abertas e plurais. Por meio de entrevistas e observação, concluímos que o site *Brasil Wiki* possui condições de inclusividade, não-coerção e reciprocidade que lhe dão potencial para promover um espaço de debate entre múltiplas vozes da sociedade, sobre os mais diferentes assuntos. Entretanto, as iniciativas ainda são pequenas e o desafio será promover uma esfera realmente democrática, em que as instituições adotem políticas de

participação e o público atue efetivamente na construção de um debate crítico.

Palavras-chave: Habermas. Esfera pública. Internet. Jornalismo Cidadão. *Brasil Wiki*.

Este artigo pretende discutir a comunicação midiática enquanto espaço de uma esfera pública, definida por Jürgen Habermas (1929-) como lugar para livre troca de argumentos entre os cidadãos de forma universal e democrática. A reflexão sobre o pensamento deste autor parte da obra intitulada *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984), publicada em 1962, numa visão social e crítica da comunicação. Passados quase 50 anos da publicação da obra, é pertinente avaliar se as novas configurações midiáticas de hoje podem refletir ou não o pensamento de Habermas.

Começaremos definindo o conceito de esfera pública burguesa no contexto histórico em que foi produzido. Em seguida, abordaremos a função da imprensa na ampliação da esfera e o esvaziamento do debate com a transformação da notícia em produto de consumo em massa, o que provoca uma transformação estrutural. Refletiremos a validade dessas idéias nas considerações de uma pos-

sível reconfiguração da esfera pública nos dias atuais no contexto da Internet e das novas práticas colaborativas da comunicação, como o jornalismo cidadão. Por fim, discutiremos a experiência do site colaborativo *Brasil Wiki*¹, avaliando se ele possui condições e atende aos princípios habermasianos que garantem a possibilidade de proporcionar um espaço aberto e plural para o debate público. Para isso, realizaremos entrevistas por e-mail com os responsáveis e com três participantes ativos.

1 A esfera pública burguesa e a imprensa

De acordo com Habermas (1984), a esfera pública pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público. Seu contexto de formação está intimamente ligado com o surgimento da burguesia, quando as pessoas se reuniam em salões, cafés e círculos de leitura para a discussão e debate sobre assuntos relacionados à regulação da sociedade e crítica ao poder do Estado. O autor a observa como uma prática coletiva de reflexão crítica por meio de debates e trocas comunicacionais burguesas que pretendiam supervisionar os negócios do estado.

[...] elas [as pessoas] reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mer-

cadorias e do trabalho social (Habermas, 1984:42).

Na consolidação da burguesia durante a expansão do comércio de mercadorias e de informação na sociedade pré-capitalista, tais debates foram essenciais na busca pela influência sobre os rumos políticos que favoreceram seu fortalecimento enquanto classe social e que permitiram conquistas de garantias institucionais. Era necessário orientar, induzir e controlar publicamente a atividade econômica privada. Assim, a esfera pública é burguesa na medida em que exclui a classe plebéia do curso do processo histórico ou, ainda, esta última é tida pelo autor como variante subordinada à burguesa.

Habermas (1984) acredita que a partir dessa esfera, as pessoas são capazes de orientar as ações sociais não por qualquer imposição coercitiva interna ou externa, mas por uma disposição democrática de diálogo e consenso, funcionando pela racionalidade das ações e dos argumentos. Para isso, a esfera pública deve ser um espaço de debate aberto a todos, no qual as pessoas possam ter igualdade de acesso para a argumentação não influenciada por relações de poder, dependência, autoridade ou hierarquia social, mas sim pela racionalidade e universalidade. Nessa desejável forma de operação, seriam gerados o entendimento e a aproximação das pessoas em uma convivência social democrática em que a sociedade civil passa a ter uma função essencial na decisão, de modo a regular e controlar a esfera de atuação do Estado. Ela representa o uso público da razão entre indivíduos livres e capazes de argumentar, em defesa de bens comunitários; é a participação e interação entre os indivíduos que vai alimentar e fortalecer as re-

¹ Disponível em: <http://www.brasilwiki.com.br/> [consultado a 14 de Novembro de 2009].

lações interpessoais, as ações políticas, as mudanças sociais e a própria democracia em si.

O ideal democrático de Habermas (1984) dificilmente é plenamente aplicado dentro da sociedade que é cheia de desigualdades e contradições estabelecidas por relações sociais assimétricas. A acessibilidade universal é uma utopia que apenas legitima o interesse burguês enquanto princípio constitutivo generalizável. O autor não nega a tendência da dominação nem a submissão operária ao sistema. Entretanto, ele opõe utopicamente a isso outra tendência: a comunicabilidade e o diálogo. De fato, esferas sociais de debate público existiram e continuam existindo. Ressalvando quanto ao acesso democrático e às relações de poder, é possível identificar instituições que articulam o diálogo e promovem debates capazes de influenciar o poder público e, conseqüentemente, as relações sociais. A imprensa é uma delas.

A necessidade de ampliar o debate enquanto esfera para além dos círculos dos cafés e salões transformou a imprensa em uma das principais instituições da argumentação pública, ao lado de partidos, associações, reuniões públicas, comitês e outros. Como espaço privilegiado de troca de idéias, a imprensa surge com um jornalismo de opinião, defensor de bandeiras políticas, com a função de informar, esclarecer, formar e incentivar uma reflexão coletiva. Entre os papéis da mídia na esfera pública citam-se “o de medidora de interesses e conflitos, o de tematizadora, o de espaço de visibilidade de eleitos e de excluídos, nas presenças e ausências” (Brittes, 2007:6).

Nos anos 30 do século XIX, o ativismo político perde espaço, uma vez que o lucro

passa a ser uma necessidade e os jornais se tornam grandes empreendimentos capitalistas, baseados na publicidade e nos anúncios. Como empresas, os jornais passam a defender interesses políticos e econômicos específicos que vão influenciar o conteúdo das matérias e dificultar, se não impedir, o debate público. A esfera pública passa por uma mudança estrutural, pois, “inserida no ciclo da produção e do consumo, não é capaz de constituir um mundo emancipado” (Habermas, 1984:190). A transformação mercadológica de consumo esvazia o debate crítico-racional dos meios de comunicação, dando lugar ao conformismo, tornando os conteúdos mais simples e alienando os momentos cuja recepção antes exigia certa reflexão.

As modificações na esfera pública e na própria política levam à extinção da racionalidade, do pensamento crítico e contestador em relação às ações políticas. Habermas caracteriza historicamente a essência da esfera pública e, portanto, da atividade política no uso público e argumentado da razão. Reconhece que, conforme avança a mudança estrutural da esfera pública e se vislumbra um cenário pós-moderno, a realidade é distorcida e entra em declínio: a razão dá lugar à distração e ao consumo. A extinção da crítica na esfera pública contribui para a anulação das capacidades políticas do homem e, em conseqüência, para o abuso de poder e a manipulação das massas (Marcondes, 2007:s/p).

Notícias passam a ser mercadorias de consumo espetacularizadas, produtos uniformizados na aparência e no conteúdo de maneira a atingir e agradar o maior público

numérico possível. As redações adotam políticas de objetividade e imparcialidade que, mesmo impossíveis de serem atingidas, levam à fragmentação, à superficialidade, ao enxugamento da interpretação, à despolitização e à visualidade em detrimento do conteúdo. Ao invés de intermediar a opinião pública, os meios de comunicação desenvolvem técnicas para moldá-la a seu modo (Almeida, 1998).

A mídia tem possibilidade de dar origem ao debate, “mas seu desenvolvimento tem transformado o princípio da publicidade em instrumento de interesses pré-estabelecidos” (Thompson *apud* Rodrigues, 2006:21). Habermas (1984) defende que, para retomar o princípio da esfera pública burguesa, os meios devem possibilitar institucionalmente a democracia e permitir uma comunicação sem perturbações, ou seja, um uso público da razão em esferas públicas autônomas, independentes e democráticas.

2 A internet e o jornalismo cidadão

Se na mídia tradicional, os interesses políticos e econômicos que determinam conteúdos são controlados por poucos que detêm os meios de comunicação e limitam o debate público, na Internet todos podem atuar como emissor, graças à sua estrutura horizontal, aberta e sem controle. A Internet motiva o surgimento de experiências comunicativas democráticas e comunitárias, por ser capaz de eliminar distâncias e oferecer custos de manutenção menores. O armazenamento de informações sem limites e ferramentas como e-mails, newsgroups, mailing list, chats e serviços de mensagem instan-

tânea também abrem possibilidades para discussões em grupos e troca de informações em tempo real. Mais do que oferecer informações diversificadas, a rede permite que o indivíduo divulgue a sua própria informação sem nenhum intermediário e a distribua a um vasto público. “O ciberespaço encoraja uma troca recíproca e comunitária, enquanto as mídias clássicas praticam uma comunicação unidirecional na qual os receptores estão isolados uns dos outros” (Lévy, 1999:203).

É assim que a Internet abre espaço para novas vozes, novos atores sociais; propõe o pluralismo, a diversidade informacional, a liberdade de acesso e alternativas concretas à massificação industrial. Possibilitando a inserção de personalidades antes anônimas, a rede promove a descentralização do poder enunciativo que antes se concentrava nas mãos das grandes empresas e grandes monopólios – não que a diversificação das mensagens tenha diminuído o poder ou o controle dos meios de comunicação de massa, como lembra Castells (1999), mas estes não passam a atuar como únicos. Os indivíduos deixam de ser representados e passam a ser reconhecidos pela própria voz através de seus próprios relatos e suas próprias linguagens; passam a ser co-autores do processo de construção do conhecimento (Castro, 2005).

Para Rodrigues (2006), o espaço público foi alargado. “Surgiram possibilidades efetivas de divulgar conteúdos críticos de interesse público e incrementaram-se espaços de observação que exercem a sua vigilância crítica sobre os *media* que pertencem ao *mainstream* [...] para [...] veicular visões alternativas” (Rodrigues, 2006:24). Entretanto, a autora faz uma ressalva importante: mais do que ampliar, as novas

tecnologias representam uma fragmentação, uma vez que segmentam a audiência em diversos nichos específicos. Assim, esse espaço público se dá de maneira muito mais interpessoal, porque mesmo podendo alcançar grandes audiências, poucos sites na web conseguem tal proeza. Todos publicam, poucos são lidos. Em uma publicação mais atual, o próprio Habermas (2006) alerta: “O preço do aumento positivo do igualitarismo, com o qual a Internet nos brinda, é a descentralização dos acessos” (Habermas, 2006: s/p).

Marcondes (2007) ressalta que não é a tecnologia por si só que promove o debate público e a reflexão crítico-racional da audiência. Para isso, deve haver um comprometimento entre os integrantes. A Internet não promove a esfera pública em si, mas é por ela que os indivíduos podem reorganizar as esferas como meio potencial para a retomada de arenas públicas. A web seria apenas uma das ferramentas – a mais democrática, mas não totalmente devido à infoexclusão – que deve ser complementada por outras formas de mobilização e politização, associada a embates sociais, como assembleias e passeatas (Moraes, 2002), e a práticas abertas e plurais, como o jornalismo cidadão.

Também chamado de jornalismo participativo, colaborativo ou open source, o jornalismo cidadão é aquele em que as audiências atuam ativamente na produção das notícias, propondo que qualquer pessoa possa produzir e publicar matérias, tendo papel ativo na recolha, análise, escrita e divulgação de informações – funções antes restritas aos meios de comunicação. O jornalismo deixou de ter mão única para ser um processo em que estão desaparecendo as barreiras entre produtores e consumidores de informação e

no qual o jornalista perdeu a exclusividade do manejo e da transmissão de notícias. As pessoas tiram do bolso uma máquina fotográfica ou celular com câmera, registram os acontecimentos e os disponibilizam para o mundo pela Internet em relatos, fotos, áudios e vídeos. A elaboração noticiosa está se tornando um processo contínuo, colaborativo e interativo. A notícia deixa de ser o fim, para ser o ponto de partida do trabalho da comunicação – nas quais se desenvolvem discussões, debates e interações (Gillmor, 2004). “A notícia pode ser produzida por n mãos e, assim como os softwares, pode mostrar o resultado de um trabalho conjunto, não mais sujeito a uma hierarquia institucional, mas unicamente comprometido com o interesse pessoal de voluntários” (Brambilla *apud* Castro, 2007:9).

E como fica a credibilidade das informações? Para Brambilla (2006), esse papel continua sendo dos jornalistas que – com sua formação, valores e práticas adquiridos na carreira – atuam na edição do conteúdo criado pelo público, organizando o vasto material, juntando as idéias e dando elas um formato agradável. Isso “[...] desmistificaria o jornalista como um propagador de pontos de vistas soberanos, instituindo-o como alguém que consolida uma informação que vem do público, a que se acrescenta a importância que o jornalista assume no estímulo à discussão pública” (Brambilla, 2006:53).

Inserindo o público nos debates sociais, o jornalismo cidadão é ferramenta que potencializa a reconfiguração das esferas públicas. Isso porque as mídias deixam de ser instrumento de empresas privadas para serem ferramentas de visibilidade e estímulo do debate público (Almeida, 1998). “[...] [as mudanças] apontam para a debilitação do cont-

role político do jornalismo e para a existência de um campo jornalístico que é, cada vez mais, uma arena de disputa entre todos os membros da sociedade” (Rodrigues, 2006:56). O público pode assim influenciar a esfera de produção das informações, interferir nos conteúdos e nas grades de programação, proporcionar surgimento de novas linguagens, novos temas, novos enfoques.

3 Brasil Wiki

Lançado na web em novembro de 2006, o *Brasil Wiki* é um site colaborativo, em que o internauta pode publicar textos, fotos ou vídeos. Tendo como slogan “Você é o repórter”, nasceu de uma parceria entre os jornalistas Eduardo Mattos e José Aparecido Miguel. O empreendimento se dedica a abrir espaço para todos publicarem informações, criticando a forma unidirecional da imprensa tradicional.

Para ser publicado, o material passa por uma edição de jornalistas profissionais que revisam todos os conteúdos, editam quando consideram necessário, distribuem o conteúdo nas 13 editorias temáticas e dão maior ou menor destaque dentro do portal. Eles também verificam a possibilidade de plágios, a veracidade das informações e a correção ortográfica. O site recebe em média quinze contribuições por dia, a maioria com conteúdo opinativo, literário e político.

Para ser um wiki-repórter (como são chamados os colaboradores) é necessário fazer um cadastro simples. Em entrevista, Mattos garante que o cidadão tem liberdade para escrever, desde que siga um conjunto de normas éticas descritas no link Quem

Somos². “Não publicamos textos racistas, homofóbicos, de incitação à violência ou apologia às drogas. Da mesma maneira, em respeito ao direito autoral, bloqueamos todos os textos que são copiados de outro site e a fonte não é indicada”, explica. Ele também garante que a diversidade, o estilo e as opiniões de cada autor são preservadas, garantindo espaço para todas as vozes da sociedade:

Penso que a mídia tradicional, até por conta de suas limitações físicas [...], não consegue atender à grande demanda das pessoas por se manifestar. Há muita gente que quer expressar sua opinião sobre o que acontece no país e no mundo, expor idéias e dividir conhecimento e experiências. Por esse aspecto, *Brasil Wiki* torna-se uma ferramenta para irradiar democracia (Mattos).

Essa abertura e liberdade para a expressão garantem o princípio de inclusividade, em que todos os participantes possuem acesso igual para as ferramentas de interação e todos os conteúdos e pontos de vistas são tornados inteligíveis e disponíveis a todos. Característica que é confirmada pelos usuários.

Carlos Alberto Soares, que assina como Cal55, escreve poesias nas quais expressa suas opiniões sobre temas polêmicos da atualidade. Ele considera que o site lhe dá liberdade para isso, sendo um excelente canal de comunicação. Suzana Garcia também escreve poesias e contos principalmente, mas

² Disponível em: http://www.brasilwiki.com.br/sobre.php?id_noticia=2 [consultado a 14 de Novembro de 2009].

também participa de outras editoriais, comentando fatos do seu dia-a-dia e notícias de outros veículos. Ela acredita que o site é um canal de troca de idéias e opiniões. Já Lorena Lee é uma identidade criada por uma autora que não quer ser identificada. Ela escreve sobre comportamento, com temas picantes e quase todos relacionados ao sexo. Lorena considera o site revolucionário, capaz de abrir espaço sobre quaisquer assuntos. “A pessoa pode não entender de política, pode não saber escrever, mas cada um de nós, cada cidadão tem lá sua opinião. Todo mundo quer dizer o que acha dos aumentos dos impostos, por exemplo”, afirma. Isso propicia a reciprocidade, outro princípio da esfera pública que garante que todos os pontos de vista são considerados pelos interagentes na troca comunicacional para a formação do consenso.

Os três wiki-repórteres são unânimes em afirmar que têm total liberdade para escrever sobre o assunto que quiserem. Para espanto de Lorena, que no início achou que teria seus textos e títulos modificados, ela conta que suas produções sempre foram publicadas na íntegra, sem corte algum. Essa declaração mostra que dentro do site é possível a livre expressão de opiniões e pensamentos, sem constrangimentos ou pressões editoriais na definição dos conteúdos, caracterizando-se por um espaço não coercitivo, outro princípio habermasiano. Suzana conta que apenas uma vez seu texto foi modificado, por não ter identificado a fonte de uma informação. Nem mesmo essa intervenção dos organizadores do site indica coerção, por não se caracterizar como uma limitação de conteúdo, mas apenas uma preocupação com a credibilidade do que foi divulgado.

Com essa participação aberta, os três entrevistados acreditam estarem inseridos na comunidade, fazendo parte ativa de debates sobre temas de seus interesses. Nas entrevistas eles expressam o sentimento de satisfação pelo fato de serem capazes de exercer a cidadania por meio do site, de terem seus direitos respeitados, de terem liberdade para expressar suas opiniões e de estarem inseridos em discussões democráticas, cada qual em sua esfera temática. Assim, é possível afirmar que o *Brasil Wiki* possui as condições necessárias defendidas por Habermas para propiciar a construção de um espaço público enquanto ferramenta.

4 Considerações finais

Na sociedade atual, é utopia acreditar em um espaço dedicado à comunicação em que “todos estejam aptos e tenham recursos críticos, econômicos, educacionais e tecnológicos para participar” (Marcondes, 2007). Se analisarmos os aspectos da igualdade e da universalidade, os princípios estabelecidos por Habermas para a construção da esfera pública são difíceis de ser aplicados na prática. Mas fazendo-se ressalvas quanto ao acesso, aos interesses, às relações de poder e à existência de várias esferas públicas, sempre existiram espaços de discussão pública.

É inegável também a função da mídia em manter e ampliar o debate público. Na visão social de Habermas (1984), por meio dela, as pessoas são capazes de promover diálogo, debates e discussões com potencial de alterar normas, condutas e relações sociais. Mas ao invés de constituírem em si a esfera pública como Habermas (1984) permite entender, os meios de comunicação são compo-

nentes dela, como meio ou ferramenta para o exercício da cidadania.

Mesmo sujeita a dependência de interesses desiguais, relações assimétricas de poder e fragmentações, a Internet traz novas configurações comunicacionais que colaboram para a reconfiguração da esfera pública social. Por meio de uma interatividade até então inexistente – que abriu espaço para relações sociais mais democráticas, plurais e horizontais –, a rede é capaz de promover entre os participantes um espaço para as diversas esferas sociais deliberarem publicamente sobre a forma de administração da vida social.

Existem iniciativas e muitas ações civis com reconhecida importância dentro da esfera pública buscando a interferência política, a reflexão crítica dos acontecimentos sociais, a promoção da cidadania e a defesa de direitos. É o exemplo do jornalismo cidadão que traz a noção de dever da mídia em contribuir para a revitalização da vida pública, favorecendo o debate e ajudando a sociedade a se conhecer e a agir pela cidadania. Se nas últimas décadas a mídia sempre foi acusada de reduzir os indivíduos a situações passivas, tornando-os isolados e manipuláveis, agora as ferramentas da web contribuem para o aparecimento de novos atores sociais que, com voz própria, interagem e mobilizam-se, agindo na vida comunitária. Não que essas iniciativas estejam circunscritas ao ciberespaço, mas é nele que elas ganham maior ênfase e visibilidade por meio das ferramentas interativas, ampliando a participação antes mais restrita.

É esse sentimento de participação cívica pública que predomina entre os participantes do site colaborativo *Brasil Wiki*, por exemplo. Eles compreendem a proposta do site

como um espaço para o debate dos assuntos de seus interesses e o reconhecem como lugar onde podem dar visibilidade à sua voz, expor opiniões e tratar sobre assuntos que normalmente não recebem destaque nos veículos de comunicação. As entrevistas revelam características como a inclusividade, a reciprocidade e a não coerção e conclui-se que o site atende ao princípio habermasiano de garantia de condições para que as trocas comunicativas racionais aconteçam. A partir disso, existe potencialidade para que, integrados no debate, os participantes o utilizem como ferramenta de promoção da cidadania, deixando de serem sinônimos de consumidores para serem tratados como indivíduos ativos e pensantes. Não afirmamos que a criticidade não existe sem as ferramentas da internet, nem que não possa existir comunicação passiva na rede, mas o potencial de gerar um público mais crítico é maior em um ambiente em que foram ampliadas não só as possibilidades de divulgação de conteúdos, como também a interatividade, ou seja, os entrecruzamentos e os embates entre as várias opiniões e informações publicadas.

Por fim, ressaltamos que essas iniciativas ainda são numericamente insuficientes e muito incipientes para serem generalizadas mediante o enorme peso dos conglomerados midiáticos que monopolizam a comunicação de massa e o controle sobre a esfera pública. Assim, o que se torna necessário é ampliar a tomada de consciência política dos cidadãos, levando-os a usar efetivamente as ferramentas disponíveis na rede em conjunto com outras instituições a fim de se tornarem visíveis e consolidarem espaço e voz na esfera pública. O desafio será então buscar formas para a promoção de um ativismo crítico e cívico dos cidadãos aliado a uma

redefinição das políticas institucionais, de modo que os espaços comunicacionais e administrativos tornem-se mais abertos e receptivos às contribuições do público.

5 Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J. (1998), “Mídia, Opinião Pública ativa e Esfera Pública democrática”, trabalho apresentado no GT Comunicación, Médios de Difusión y Política del IV Congreso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación (IV ALAIC), disponível em: <http://www.eca.usp.br/alaic/Congreso1999/3gt/Jorge%20Almeida.rtf> [consultado a 02 de Maio de 2009].
- BRAMBILLA, A. M. (2006), “Jornalismo *open source*: discussão e experimentação do OhmyNews International”, dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BRITTES, J. G. (2007), “A revitalização da esfera pública habermesiana pela comunicação ciberespacial”, Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/brittes-jucara-revitalizacao-esfera-publica.pdf> [consultado a 02 de Maio de 2009].
- CASTELLS, M. (1999), “A sociedade em rede, a era da informação: economia, sociedade e cultura”, São Paulo: Editora Paz e Terra.
- CASTRO, C. (2005), “O sistema nacional no espaço global”, Mídia Cidadã, utopia brasileira, São Paulo: Metodista, disponível em: http://www2.metodista.br/unesco/agora/PMC_Acervo_eixos_focais_txt_1_contexto_miatico.pdf [consultado a 06 de Junho 2009].
- GILLMOR, D. (2004), “We the media: grassroots journalism, by the people, for the people”, Sebastopol: O’Reilly Media, disponível em: <http://www.oreilly.com/catalog/wemedia/book/index.csp> [consultado a 02 de Setembro de 2007].
- HABERMAS, J. (1984), “Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa”, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (2006), “O Caos na esfera pública”, Folha de São Paulo, disponível em: http://www.lainsignia.org/2006/septiembre/cul_003.htm [consultado a 02 de Maio 2009].
- LÉVY, P. (1999), “Cibercultura”, São Paulo: Ed. 34.
- MARCONDES, V. (2007), “Novas tecnologias de conexão e o futuro da esfera pública”, Revista Verso e Reverso, disponível em: <http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=10&s=9&a=83> [consultado a 02 de Maio 2009].
- MORAES, D. (2002), “Comunicação alternativa e redes virtuais: os movimentos sociais na Internet”, disponível em: <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/semiosfera03/perfil/>

mat1/frmat1.htm[consultado a 02 de Maio 2009].

RODRIGUES, C. (2006), “Blogs e a fragmentação do espaço público”, LABCOM, Universidade da Beira Interior: Covilhã, disponível em: <http://www.labcom.ubi.pt/livroslabcom/pdfs/rodrigues-catarina-blogs-fragmentacao-espaco-publico.pdf> [consultado a 02 de Maio 2009].